

Caro Leitor,

O BIP traz nesta edição informações referentes aos trabalhos desenvolvidos pela 3ª SR com novas cultivares de uva para o Vale do São Francisco. Apresenta também informações relativas à conservação da água e solo, informações sobre o Programa Mais Irrigação e uma abordagem sobre irrigação x salinização.

Boa Leitura!

Avaliação de novas cultivares de uva para o Vale do São Francisco

A Codevasf financia o projeto de avaliação de novas cultivares de uva na área de atuação da 3ª SR, cujo objetivo é testar e avaliar 70 novas variedades de uvas sem sementes e duas variedades com semente, visando selecionar aquelas com maior probabilidade de adaptação às condições agroecológicas do Submédio São Francisco, no semiárido. As características agrônômicas a serem desenvolvidas para as novas cultivares são: produtividades de cerca de 30 t/ha; resistência pós-colheita para longos períodos de armazenagem; resistência a chuvas, com duas safras anuais, além de sabor e aspectos agradáveis.

Com a implantação de novas cultivares para teste, o projeto também tem o intuito de avaliar o potencial produtivo das uvas produzidas quanto às suas características comerciais de cor, tamanho do cacho, tamanho e sustentação das bagas, dentre outras características a serem avaliadas.

Serão estudados, também, os métodos de manejo, envolvendo a adubação, irrigação, condução de sarmentos, podas, fertilidade de ge-



mas, indução floral e manejo do cacho. O projeto contempla, ainda, a capacitação de produtores quanto ao manejo adequado das novas cultivares selecionadas para obtenção de uvas de alta qualidade.



Conervação da água e do solo
Pág. 02

Compromisso social com o solo:
irrigação x salinização
Pág. 04

Conservação da água e do solo

O Programa de Recuperação e Controle de Processos Erosivos desenvolve ações para promover a conservação de água, solo e recursos florestais em pontos sob processos erosivos críticos nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba e futuramente, Mearim e Itapecuru. Essas intervenções consistem na implementação de práticas conservacionistas utilizadas no controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas sendo:

- Terraceamento
- Bacia para captação de águas pluviais (barraginhas)
- Readequação de Estradas vicinais
- Contenção e estabilização de voçorocas
- Contenção e estabilização de margens/encostas
- Reforestamento e florestamento
- Proteção de matas ciliares e matas de topo
- Educação Ambiental

As Ações do Programa vêm sendo implementadas por meio da parceria com os governos estaduais e municipais, tendo como foco principal apoiar as ações de conservação hidroambiental, contribuindo com a melhoria da quantidade e qualidade

hídrica, fator que impulsiona o desenvolvimento regional.

Definidas as práticas de intervenção por meio de um diagnóstico ambiental da área, elabora-se o projeto que terá as informações necessárias à implantação do mesmo, o qual contém os tipos de intervenção, especificações técnicas e custos.

No caso da revegetação, que é baseada na sucessão florestal (por exemplo: plantios de mudas, plantio de enriquecimento de fragmentos florestais, cercamento de áreas, etc), são as práticas que promovem o recobrimento do solo de forma mais rápida. Tal fator depende da escolha adequada das espécies a serem utilizadas nos plantios e da adaptabilidade das espécies florestais para cada condição ambiental.

Por outro lado, práticas mecânicas são atividades que envolvem a mecanização agrícola, atividades de movimentação de solos (readequação de estradas rurais, construção de terraços, barraginhas, estabilização de encostas, etc.). Essas práticas são a base da conservação e recuperação dos solos agrícolas das zonas rurais, e estão associadas às práticas edáficas que, por sua vez, estão relacionadas com a recuperação da capacidade produtiva dos solos, ou seja, com a fertilidade agrícola. Práticas essas conhecidas/adotadas pelos agricultores e de grande difusão pelos órgãos de Assistência



Técnica e Extensão Rural - ATER.

Assim, ao se propor qualquer intervenção que tenha por objetivo recuperar e/ou realizar atividades de controle de processos erosivos, em quaisquer situações, recomenda-se que sigam algumas etapas para que o objetivo seja alcançado, a saber:

- 1 - realizar um diagnóstico ambiental da área a ser recuperada e/ou que irá ser manejada com o objetivo de promover a recuperação ou o controle do processo erosivo;
- 2 - identificar quais intervenções serão necessárias;
- 3 - elaborar projeto detalhando especificações e custos, bem como os benefícios e o quanto irão contribuir com o desenvolvimento sustentável local.

Além disso, há o apoio à difusão de tecnologias ambientais que tem por objetivo gerar conhecimentos técnicos, ou seja, apoio à implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e apoio ao monitoramento da qualidade e quantidade da água na área de abrangência da Codevasf.

Expediente

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

- Área de Gestão de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
- Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
- Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação
- Área de Gestão Estratégica
- Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico

Periodicidade: Bimestral

E-mail: fruticultura@codevasf.gov.br

Telefone: (61) 2028-4385

Diagramação: Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional

Conteúdo produzido pela Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação



Ministério da Integração Nacional



Programa Mais Irrigação

Lançado em novembro de 2012, o Programa Mais Irrigação prevê investimentos de R\$ 10 bilhões para valorizar a economia regional, gerar mais emprego e renda e garantir a produção de alimentos de qualidade.

São R\$ 3 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 7 bilhões da iniciativa privada a serem investidos em projetos de irrigação para produção agropecuária em 16 estados: os nove estados do Nordeste, além de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Roraima.

Abrangendo 538 mil hectares e 66 projetos, o Programa Mais Irrigação está organizado em quatro eixos:

- Parceria Público-Privada em irrigação;
- Implantação e revitalização;
- Agricultura familiar e pequenos irrigantes;
- Estudos e projetos.



Ações do Mais Irrigação executadas por meio da Codevasf para gerar emprego, desenvolvimento e produção de alimentos:

- Investimento de R\$ 394 milhões em Minas Gerais, nas regiões dos projetos Jaíba - Etapa I, Jequitaiá e Gortuba. O projeto Jaíba - Etapa I recebe R\$ 30,9 milhões da Codevasf para 24,7 mil hectares participantes do programa para o investimento em um novo modelo de exploração, que une poder público e iniciativa privada, para atrair investimentos privados por meio de concessões da ocupação agrícola, do investimento em infraestrutura de irrigação e da operação. Os projetos Jequitaiá, com 18 mil hectares, e Gortuba, 5,2 mil hectares, recebem R\$ 363,1 milhões para implantação e revitalização, com o objetivo de aumentar a eficiência e proporcionar a maior e melhor ocupação das áreas irrigadas.

- Aplicação de R\$ 46,5 milhões no projeto Marrecas-Jenipapo, no Piauí, para contemplar a implantação de estações de bombeamento, reservatórios e canais.

- Em Sergipe, os Perímetros de Irrigação Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume serão beneficiados com R\$ 47,5 milhões para a aquisição de máquinas e equipamentos topográficos e de suporte à operação e manutenção dos perímetros, pavimentação de estradas de serviços e a reabilitação de canais de irrigação.

- No semiárido alagoano, os Perímetros de Irrigação Boacica e Itiúba receberão quase R\$ 50 milhões em investimentos para

reabilitação das condições de captação e drenagem das estações de bombeamento, recuperação de canais de adução, revitalização da estrutura de irrigação e drenagem e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.



- Na Bahia, a irrigação de perímetros públicos recebe R\$ 636,5 milhões em recursos públicos do programa Mais Irrigação. Deste total, a Codevasf investe R\$ 632,5 milhões em nove projetos no estado: Baixio de Irecê, Salitre, Formoso, Curaçá, Maniçoba, Mirorós, Estreito, Mucambo/Cuscuzeiro e Iuiú. Os investimentos em Parceria Público-Privada somam R\$ 427,7 milhões e ocupam 74,2 mil hectares em dois projetos de irrigação: Baixio de Irecê, no município de Xique-Xique, com R\$ 222,7 milhões; e Salitre, em Juazeiro, com R\$ 250 milhões. Em implantação e revitalização, são R\$ 62,2 milhões para os perímetros Formoso (12.558 ha), Curaçá (4.345 ha) e Maniçoba (5.006 ha). Os perímetros Mirorós (2.095 hectares) e Estreito (2.735 hectares) recebem R\$ 72,5 milhões para projetos para a agricultura familiar e pequenos irrigantes. Mucambo/Cuscuzeiro (6.000 ha) e Iuiú (30.000 ha) são contemplados com R\$ 25 milhões para estudos e projetos de implantação.

Compromisso social com o solo: irrigação x salinização

O termo salinidade refere-se à presença de sais solúveis no solo. Quando a concentração desses sais se eleva ao ponto de prejudicar o rendimento econômico das culturas, o solo é denominado salinizado, e esse processo pode levar à desertificação. A salinização afeta a germinação, a densidade das culturas, o desenvolvimento vegetativo, reduz a produtividade e, nos casos mais sérios, leva à morte das plantas. Esse processo ocorre, de maneira geral, em solos situados em região de baixa precipitação pluviométrica e que possuam lençol freático próximo da superfície.

A salinização degrada o solo por afetar as relações hídricas e todo o balanço de energia e nutrição no complexo de relações solo-água-planta. Para muitos autores a salinização é a mais importante causa de degradação dos solos do semiárido e ocorre principalmente nas áreas irrigadas, caso o manejo da irrigação seja inadequado.

O efeito dos sais sobre a estru-

tura do solo e plantas ocorre devido à dispersão da argila ocasionando problemas de permeabilidade por obstrução de poros do solo, gerando tendência a compactação. Nesse caso, qualquer excesso de água causará encharcamento na superfície do solo, prejudicando a germinação de sementes e causando crescimento radicular atrofiado, falta de aeração, indisponibilidade de micronutrientes, distúrbios nutricionais, toxicidade e aumento da pressão osmótica.

De um modo geral, os solos situados em regiões áridas, quando submetidos à prática da irrigação, apresentam grandes possibilidades de se tornarem salinos, principalmente se não possuírem um sistema de drenagem adequado. Estima-se que de 20% a 30% das áreas irrigadas em regiões áridas necessitam de drenagem subterrânea para manter a produtividade, sendo a irrigação e a drenagem ações afins. As principais causas da salinização nas áreas irrigadas são os sais

provenientes de água de irrigação e/ou do lençol freático, quando esse se eleva até próximo à superfície do solo. Quanto maior for a eficiência do sistema de irrigação, menor será a lâmina de água aplicada e, como consequência, menor será a quantidade de sal conduzida para a área irrigada, bem como o volume de água percolado e drenado.

O requerimento básico para o controle da salinidade nas áreas irrigadas é a existência da percolação e da drenagem natural ou artificial, garantindo o fluxo da água e do sal para baixo da zona radicular das culturas. Nessa situação, não haverá salinização do solo. No local onde o dreno efetuar a descarga, entretanto, haverá aumento na concentração de sais. Aproximadamente 30% das áreas irrigadas dos projetos públicos no Nordeste apresentam problemas de salinização; algumas dessas áreas já não produzem e os custos de recuperação são considerados limitantes.

